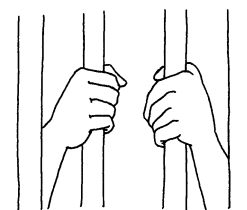


Encontro de aprofundamento da periferia

Jovens em situação de reclusão

Texto «...estive na prisão e fostes ter coMigo.» (Mt 25,36)



A pessoa em situação de reclusão

Comumente denominamos de preso(a) a uma pessoa que está na prisão. Em parte, a forma como designamos tal pessoa não está errada, porque refere a situação em que se encontra. No entanto, será que essa circunstância define em absoluto a pessoa? Será que o título de preso assinala a pessoa definitivamente?

A prisão é uma pena jurídica que existe em função de um ordenamento jurídico. Na sociedade, existem leis que regem o modo de viver dos cidadãos, garantindo assim a estabilidade, a equidade, a justiça e a paz no convívio social (a isto se chama ordenamento jurídico). Para que as leis sejam observadas, existem instituições da justiça que garantem o seu cumprimento, tais como as forças de segurança e os tribunais. Quando as normas são prevaricadas, isto é, quando as leis não são cumpridas ou quando os comportamentos infringem as leis, entram em cena as instituições da justiça, para avaliar tais comportamentos, procurando garantir sempre a verdade e os direitos de todos. Depois de provar que determinado comportamento foi contra a lei, aplica-se uma pena a quem prevaricou, a fim de que a pessoa repare o mal cometido e restitua à comunidade algum tipo de bem que feriu com o seu comportamento. De entre as várias penas, a prisão é a mais grave no nosso ordenamento jurídico português.

No entanto, o objectivo da pena não é apenas a compensação da comunidade. Se assim fosse, estaríamos perante aquilo a que São João Paulo II apelidou de “mera retorsão social”, isto é, um fechamento da sociedade perante a realidade do indivíduo. De facto, o crime lesa a vítima ou as vítimas e a sociedade, mas a pessoa que cometeu um crime também é membro da sociedade. Por isso, toda a comunidade tem a responsabilidade de, por um lado, cuidar das vítimas e, por outro, criar condições para que a pessoa que incorreu em crime possa ser devidamente reinserida na vida social e não volte a cometer o mesmo erro.

A pessoa em situação de reclusão, ainda que esteja privada de liberdade, não deixa de ser pessoa e, como tal, possuidora de uma dignidade fundamental e inalienável. Por outras palavras, todas as pessoas, independentemente da sua circunstância, têm um valor, que nada nem ninguém pode diminuir ou retirar. Isto mesmo é afirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se diz: «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos» (art. 1).

Eu perante a prisão

Pessoa somos todos nós! Por vezes, podemos pensar que a prisão é uma realidade que não nos afecta ou, então, nem sequer pensamos nas prisões. Se as prisões são notícia, normalmente são-no pelos piores motivos: ou alguém famoso foi preso ou houve algum problema na prisão. Os próprios edifícios prisionais são murados, criando uma separação entre o mundo da sociedade livre e o mundo das prisões. Podemos perceber facilmente que estes muros existem essencialmente por motivos de eficiência e de segurança. Porém, o pior não são os muros físicos, mas os muros civilizacionais que se erguem entre a sociedade livre e a

sociedade detida. Uma das piores consequências desta marginalização das pessoas em situação de reclusão é a falsa ideia de que tais pessoas são muito diferentes de nós: são simplesmente criminosos. Esquecemo-nos, porém, que todos nós somos regidos pelas mesmas leis.

Tal como experimentamos, por vezes, a fragilidade do nosso comportamento na relação com os outros, assim também, enquanto cidadãos, não estamos imunes a incorrer nalgum delito, termo que designa precisamente aquele tipo de comportamento punível por lei. A título de exemplo, pensemos na pirataria informática. Pela lei, quem reproduzir, divulgar ou comunicar ao público, de forma ilegítima, um programa protegido por lei (isto é, abrangido pelos direitos de autor), pode ser punido com uma pena de prisão até três anos. No entanto, quantos de nós já não “sacámos” e partilhámos um filme, um videojogo, um programa ou vimos um jogo de futebol em *streaming*?

Pensemos ainda noutra situação. As regras de trânsito existem para que a circulação rodoviária seja possível, com eficácia e segurança. Por isso, quem conduzir em estado de embriaguez ou sob efeito de estupefacientes e quem violar de forma grosseira as regras de circulação, ao ponto de pôr em causa a vida ou a integridade física das outras pessoas, pode ser punido com uma pena de prisão até três anos. No entanto, quantas vezes não constatámos e/ou tivemos comportamentos perigosos na estrada? Ou quão fácil é o consumo de álcool e estupefacientes, que podem alterar o nosso estado natural e condicionar o nosso comportamento?

Como podemos ver, basta apenas uma opção, um breve momento, uma fracção de segundo, para transpormos o muro que nos separa das prisões. Entre a sociedade livre e a sociedade das prisões a separação é, no fundo, fictícia. Logo, entre nós, cidadãos livres, e as pessoas em situação de reclusão, reside apenas uma diferença circunstancial: eu agora vivo de forma livre, mas amanhã posso ser punido com uma pena de prisão, pelo facto de o meu comportamento ter afectado negativamente a vida social; a pessoa em situação de reclusão, depois de cumprir a sua pena, será livre e será chamada a participar plenamente na vida social. Tanto num caso como noutro, e independentemente das circunstâncias e das possibilidades da vida, somos, uns e outros, igualmente pessoas, chamadas a contribuir para o bem da sociedade e sujeitas às mesmas regras de conduta e organização social.

Deus ama a pessoa em situação de reclusão

Na Sagrada Escritura encontramos inúmeros relatos de pessoas presas. O próprio Senhor Jesus foi preso e enfrentou um processo no tribunal judaico e romano, que O levou à condenação. O ponto comum desses relatos está no facto de a situação de encarceramento não ser um entrave para a acção de Deus.

Tomemos como exemplo o relato de José do Egipto na prisão (Gn 39-40). Depois de ter sido vendido como escravo pelos seus irmãos e depois de ganhar a confiança do seu senhor, acabou por ser preso injustamente. Apesar da sua inocência, o jovem José, que já havia experimentado o drama da traição e da escravidão, viu-se mergulhado no drama da reclusão. A narrativa bíblica conta-nos que José era estimado e bem tratado pelo chefe da prisão, que lhe confiara o próprio cuidado dos demais prisioneiros. Sabemos, porém, que este tempo não foi de felicidade para aquele jovem. De facto, mais tarde, quando José dá o nome aos seus filhos, revela como aquele tempo foi de tribulação e infortúnio (cf. Gn 41,51-52).

Não obstante as dificuldades, José revela-se trabalhador, responsável e prestável. Tanto assim é que se dispõe a servir os seus colegas na prisão, pondo a render o dom de interpretar sonhos (cf. Gn 40,7-8). Ele era apelidado pelos seus irmãos como o *homem dos sonhos* (Gn 37,19) e, mesmo preso, o jovem hebreu não deixa de sonhar. Mais: é precisamente a sua

capacidade de sonhar e de interpretar os sonhos que faz com que seja libertado e ganhe um papel de destaque no governo do Egito, tornando-se o homem mais importante daquela nação, depois do Faraó (cf. Gn 41,14-57).

De igual modo, as pessoas em situação de reclusão também têm sonhos. Tal como qualquer um de nós, desejam a felicidade e sonham com ela. A circunstância de estarem presas pode até enfraquecer a capacidade de sonhar, mas de modo algum lhes pode tirar o direito de desejar a felicidade. Esta esperança, passado o tormento do primeiro impacto, pode mesmo ajudar a rever os caminhos percorridos para alcançar a felicidade, pôr a vida em questão e aprender a sonhar de um modo novo. Quando isto acontece, o drama da prisão pode ser o ponto de partida para novos horizontes e novos caminhos.

No relato da prisão de José há ainda um outro aspecto que se destaca. Por diversas vezes, é-nos dito que *o Senhor estava com ele*. Ainda que o jovem hebreu experimentasse o abandono e a solidão da cela, o texto repete esta presença divina na vida daquele jovem em reclusão. É verdade que este relato bíblico, no seu todo, diz-nos, antes de mais, que o Senhor cuida do seu povo de modos surpreendentes e que, na sua sabedoria, consegue tirar proveito das nossas próprias fragilidades. De facto, a inveja dos irmãos, que os leva a vender o filho da velhice de Israel, fez com que José entrasse no Egito, antes da sua gente, para depois a salvar da fome. No entanto, esta afirmação do autor bíblico esconde uma outra verdade: para Deus não existem muros nem grades que O impeçam de nos amar. O próprio José afirma que o dom de interpretar sonhos não é mérito seu, o que mostra que aquele jovem sonhador sabia-se acompanhado por Deus.

Jesus revela-se no irmão em reclusão

Em Jesus, esta presença de Deus ganha um rosto concreto e, ao mesmo tempo, reveste-se de uma novidade singular. Jesus também experimentou o abandono e a solidão da prisão. Também Ele se sentou no banco dos réus. Também Ele foi condenado. O Senhor Jesus, ao doar a Sua vida, não se revela como alguém que salva desde fora, mas vem ao nosso encontro e assume a nossa própria realidade, os nossos limites, a nossa fragilidade, o nosso pecado, para nos libertar e abrir horizontes novos de felicidade e alegria, de paz e bem. A Boa Notícia da Ressurreição torna-se assim a Boa Notícia de uma vida nova no Ressuscitado.

Este grande dom que Deus nos dá no seu Filho Jesus não é um presente apenas para alguns, mas para todos, sem excepção. Neste sentido, todos nós somos libertados por Jesus Cristo, ainda que não estejamos na prisão. Mas o próprio Jesus vai mais longe, quando diz aos seus discípulos que O poderiam encontrar na prisão, no rosto das pessoas em situação de reclusão: *estive preso e fostes ter comigo* (Mt 25,36). Quando lhe perguntam como é que isso pode acontecer, a sua resposta é surpreendente: *Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes* (Mt 25,40).

Notemos que Jesus se identifica com as pessoas em situação de reclusão, a quem trata por irmão e irmã e a quem reconhece a pequenez, isto é, a fragilidade e a enfermidade da vida. Jesus não só dá a vida, como também manifesta a sua presença e comunhão junto daqueles que muitas vezes são afastados pela sociedade. E esta comunhão é de tal ordem, que Jesus assume o próprio lugar da pessoa que está na prisão. Se assim é, então, a comunidade cristã é igualmente chamada a reconhecer na pessoa em situação de reclusão um irmão e uma irmã, a quem deve cuidar e com quem deve sofrer. Não se trata apenas de reconhecer a presença de Deus na prisão, mas de encontrar o próprio Jesus Cristo na pessoa do irmão recluso. E isto é maravilhosamente belo! Quando pensamos que somos anunciadores de Jesus na prisão, Ele diz-

nos que devemos ir às prisões com o mesmo espírito com que vamos à igreja: alegres e radiantes, porque ali O vamos encontrar.

Mas atenção! O facto de encontrarmos o Senhor no rosto da pessoa em situação de reclusão não significa que não haja feridas, que não haja dificuldades. Por vezes, o rosto de Jesus surge-nos muito desfigurado. Além disso, se pensarmos que cada pessoa em situação de reclusão tem família, que igualmente sofre pelo seu ente querido do qual está privado, facilmente percebemos que este drama não afecta apenas as pessoas encarceradas.

Ora, a comunidade cristã, sendo o Corpo de Cristo, é chamada a compadecer-se e a fazer comunhão, a estar presente e a sarar as feridas que encontra nas prisões e em todas as pessoas que, directa ou indirectamente, sofrem com esta situação. Por isso, a Igreja, desde sempre, se preocupou com os irmãos em situação de reclusão, tal como nos diz a Carta aos Hebreus: *Lembrai-vos dos presos, como se estivésseis presos com eles, e dos que são maltratados, porque também vós tendes um corpo* (Heb 13,3).

fr. Sérgio Góis ofm
Colaborador da Pastoral Penitenciária da Diocese de Leiria-Fátima